



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Coordenação de Estágio Supervisionado

MUDANÇA DE GOVERNO E ORÇAMENTO PÚBLICO
MUNICIPAL:
Uma Análise na Prefeitura Municipal de Campina Grande

HEDÊNIA MARINHO DA SILVA

Campina Grande
2016

HEDÊNIA MARINHO DA SILVA

**MUDANÇA DE GOVERNO E ORÇAMENTO PÚBLICO
MUNICIPAL:
Uma Análise na Prefeitura Municipal de Campina Grande**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Darcon Sousa

Campina Grande
2016

COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Hedênia Marinho da Silva
Aluna

Darcon Sousa Dr.
Professor Orientador

Kettrin Farias
Coordenadora de Estágio Supervisionado

**Campina Grande-PB,
2016**

HEDÊNIA MARINHO DA SILVA

**MUDANÇA DE GOVERNO E ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL:
Uma Análise na Prefeitura Municipal de Campina Grande**

Relatório aprovado em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Darcon de Sousa Dr.

Orientador

José Sebastião Rocha

Examinador

Wanderberg Alves Brandão

Examinador

Campina Grande-PB,

2016

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus por mais uma graça alcançada e por me conceder o dom da vida, sabedoria e paciência para trilhar meu caminho. Sua presença constante me fortaleceu e me deu garra para superar todas as dificuldades e seguir com fé nos propósitos almejados. Minha gratidão em especial aos meus pais: Gilson Marinho (in memoriam) e Regina Coely que me educaram ensinando valores e princípios e me impulsionando com seus conselhos e carinhos para que eu batalhasse por meus sonhos. Meus pais, meus heróis, exemplos de honestidade, garra, dignidade e simplicidade a serem seguidos.

Ao meu amado filho Luiz Miguel, pela compreensão nos momentos de ausência em que me dediquei aos estudos, ao meu irmão Helder pelo apoio em momentos difíceis, a minha tia Salma que com seu amor incondicional me possibilitou trabalhar e estudar sempre ao seu lado, a minha prima Márcia, amiga, companheira e colaboradora em vários momentos de minha jornada.

Aos meus mestres, professores do curso de Administração da UFCG, que através de seus conhecimentos contribuíram para minha formação acadêmica; ao meu orientador Professor Darcon Sousa, pelo apoio e por compartilhar seus ensinamentos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desse trabalho. À Madalena Márcia da Coordenação de Gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, por disponibilizar seus conhecimentos e seu tempo contribuindo com dados essenciais ao desenvolvimento do trabalho.

Aos amigos companheiros de graduação, que compartilharam conhecimentos, brincadeiras, risadas, tristezas e vitórias no decorrer do curso, que seus caminhos sejam de conquistas e triunfos. Enfim, quero agradecer a todos que estiveram presentes durante toda a minha trajetória e que de alguma maneira contribuíram e enriqueceram minha vida e meus conhecimentos com seus conselhos, conhecimentos, carinho e apoio.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos.

“É mais inteligente planejar antes de agir”

Eclesiastes 10.10

RESUMO

O orçamento público é uma importante ferramenta de gestão que possibilita os investimentos e as melhorias no setor público. É ele quem norteia as ações da administração determinando as estimativas de receita e autorização das despesas da administração pública em um determinado exercício. Neste sentido a finalidade do presente trabalho é analisar como se apresenta a variação orçamentária da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 2011 a 2014, focando nos dois últimos anos da gestão do partido da situação (PMDB) e os dois primeiros anos da gestão da oposição (PSDB), observando se ocorreram grandes variações nos itens orçamentários na transição de um governo para o outro. A metodologia utilizada caracteriza-se como sendo do tipo descritiva e com abordagem quantitativa, que utiliza de procedimentos técnicos de uma pesquisa bibliográfica e documental para ampliar a área do conhecimento sobre o tema abordado. A coleta de dados foi feita através de documentos obtidos junto à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Campina Grande e pelo Portal da Transparência. Os dados foram coletados e tratados com o objetivo de garantir o grau de comparação entre os períodos analisados. Com o auxílio de tabelas e gráficos são apresentados os resultados das análises relativas às comparações e a evolução das despesas públicas no período, atingindo o objetivo proposto para pesquisa. Por fim são apresentadas as considerações finais.

Palavras Chave: Gestão Pública, Orçamento Público; Mudança de Governo, Variações Orçamentárias

ABSTRACT

The public budget is an important management tool which provides investments and improvements in the public sector. That's it which leads administrative actions determining estimates for income and authorization for expenses of public administration in a certain working period. This way, the aim of the presented work is to analyze how the budget variation of Campina Grande's town hall is presented from 2011 to 2014, taking focus in the two last years of the political party administration in that time (PMDB), and the two first years of the administration of the opposing party (PSDB), noting whether there were large variations about the budget issues during transition from a government to another one. The methodology used is featured as being the descriptive type, and with quantitative approach, making use of technical procedures of a bibliographic and documental research in order to increase the know ledge area about the focused theme. The collecting of data was made through documents obtained from the city hall and city council of Campina Grande, as well as from the Transparence Website. The information was collected and worked with the aim to guarantee the comparison level between the analyzed periods of time. The help of tables and charts, the results of the analysis related to comparisons are presented, along with the development of public expenses in that period of time, reaching the proposed target for this research. Lastly, the final considerations are presented.

Key words: Public Management, Public Budget, Government Change, Budget Variations.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 16 |
| 2. Fundamentação Teórica..... | 19 |
| 2.1. Etapas Evolutivas da Gestão Pública Brasileira..... | 19 |
| 2.2. Descrição da Gestão Pública..... | 22 |
| 2.3. O Contexto Contemporâneo da Administração Pública..... | 24 |
| 2.4. O Orçamento Público..... | 25 |
| 2.4.1. O Plano Plurianual (PPA)..... | 27 |
| 2.4.2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)..... | 28 |
| 2.4.3. A Lei Orçamentária Anual (LOA)..... | 28 |
| 2.5. Princípios Orçamentários..... | 29 |
| 2.5.1. Princípio da Unidade..... | 29 |
| 2.5.2. Princípio da Universalidade..... | 30 |
| 2.5.3. Princípio da Anualidade ou Periodicidade..... | 30 |
| 2.6. O Ciclo Orçamentário..... | 30 |
| 2.6.1. Elaboração do Orçamento..... | 30 |
| 2.6.2. Aprovação..... | 31 |
| 2.6.3. Execução..... | 31 |
| 2.6.4. Controle..... | 31 |
| 2.7. Conclusão da fundamentação teórica..... | 31 |
| 3. Metodologia..... | 32 |

| | |
|--|----|
| 3.1. Coleta de dados..... | 33 |
| 3.2. Pesquisa documental..... | 33 |
| 4. Análise dos dados..... | 34 |
| 4.1. Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Campina Grande..... | 34 |
| 4.2. Evolução anual das funções orçamentarias e suas variações..... | 40 |
| 4.3. Síntese das funções orçamentárias..... | 65 |
| 5. Considerações finais..... | 67 |
| 6. Referencias bibliográficas..... | 69 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Valor em percentual das despesas com Saúde | 41 |
| Gráfico 2 – Valor em percentual das despesas com Administração | 42 |
| Gráfico 3 – Valor em percentual das despesas com Educação..... | 44 |
| Gráfico 4 – Valor em percentual das despesas com Previdência Social | 46 |
| Gráfico 5 – Valor em percentual das despesas com Urbanismo | 47 |
| Gráfico 6 – Valor em percentual das despesas com Gestão Ambiental | 48 |
| Gráfico 7 – Valor em percentual das despesas com Encargos Especiais | 50 |
| Gráfico 8 – Valor em percentual das despesas com Legislativo | 51 |
| Gráfico 9 – Valor em percentual das despesas com Comércio e Serviços..... | 52 |
| Gráfico 10 – Valor em percentual das despesas com Assistência Social..... | 53 |
| Gráfico 11 – Valor em percentual das despesas com Agricultura | 55 |
| Gráfico 12 – Valor em percentual das despesas com Desporto e Laser..... | 56 |
| Gráfico 13 – Valor em percentual das despesas com Habitação | 57 |
| Gráfico 14 – Valor em percentual das despesas com Trabalho | 58 |
| Gráfico 15 – Valor em percentual das despesas com Direitos da Cidadania..... | 60 |
| Gráfico 16 – Valor em percentual das despesas com Cultura | 61 |

Gráfico 17 – Valor em percentual das despesas com Judiciário62

Gráfico 18 – Valor em percentual das despesas com Ciência e Tecnologia..... 63

Gráfico 19 – Valor em percentual das despesas com Segurança Pública64

LISTA DE TABELAS

| | | |
|--------------------|---|----|
| Tabela 1 – | Execução orçamentária na função Saúde 2011 a 2014..... | 41 |
| Tabela 2 – | Execução orçamentária na função Administração 2011 a 2014..... | 42 |
| Tabela 3 - | Execução orçamentária na função Educação 2011 a 2014..... | 43 |
| Tabela 4 – | Execução orçamentária na função Previdência Social 2011 a 2014.. | 45 |
| Tabela 5 – | Execução orçamentária na função Urbanismo 2011 a 2014..... | 47 |
| Tabela 6 – | Execução orçamentária na função Gestão Ambiental 2011 a 2014.. | 48 |
| Tabela 7 – | Execução orçamentária na função Encargos Especiais 2011 a 2014.. | 49 |
| Tabela 8 – | Execução orçamentária na função Legislativo 2011 a 2014..... | 51 |
| Tabela 9 – | Execução orçamentária na função Comércio e Serviços 2011 a 2014... | 52 |
| Tabela 10 – | Execução orçamentária na função Assistência Social 2011 a 2014..... | 53 |
| Tabela 11 – | Execução orçamentária na função Agricultura 2011 a 2014..... | 54 |
| Tabela 12 – | Execução orçamentária na função Desporto e Lazer 2011 a 2014.... | 55 |
| Tabela 13 – | Execução orçamentária na função Habitação 2011 a 2014..... | 57 |
| Tabela 14 – | Execução orçamentária na função Trabalho 2011 a 2014..... | 58 |
| Tabela 15 – | Execução orçamentária na função Direitos da Cidadania 2011 a 2014. | 59 |
| Tabela 16 – | Execução orçamentária na função Cultura 2011 a 2014..... | 60 |

| | | |
|--------------------|---|----|
| Tabela 17 – | Execução orçamentária na função Judiciário 2011 a 2014..... | 62 |
| Tabela 18 – | Execução orçamentária na função Ciência e Tecnologia 2011 a 2014. | 63 |
| Tabela 19 – | Execução orçamentária na função Segurança Pública 2011 a 2014. | 64 |
| Tabela 20 - | Execução orçamentária em todos setores 2011 a 2014..... | 66 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| CODEMTUR | Coordenadoria de Turismo |
| CGU | Controladoria Geral da União |
| FMS | Fundo Municipal de Saúde |
| IPSEM | Instituto de Previdência dos Servidores do Município |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA | Lei Orçamentaria Anual |
| MARE | Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado |
| PDRAE | Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PPA | Plano Plurianual |
| PD | Plano Diretor |
| SEDE | Secretaria de Desenvolvimento Econômico |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento |
| SESUMA | Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCU | Tribunal de Contas da União |

Mudança de Governo e Orçamento Público Municipal: Uma Análise na Prefeitura Municipal de Campina Grande

1 - Introdução

A Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, foi criada com o intuito de estabelecer regras sobre os gastos de estados e municípios. De acordo com a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é responsabilidade dos gestores a transparência dos gastos públicos. Para isso, a lei exige que as finanças sejam minuciosamente declaradas ao TCU (Tribunal de Contas da União), do estado ou dos municípios. Depois de analisadas, as contas poderão ou não ser aprovadas. No caso de rejeição das contas públicas será instaurada investigação podendo resultar em punição de multas e até mesmo que seja vetado ao gestor o direito de tentar disputar novas eleições.

Com a chegada da nova lei, a contabilidade pública e o orçamento público também são alvos de mudanças, pois as normas estabelecidas determinam limites de gastos, seja para as despesas do exercício, como também para o grau de endividamento. Por conta das mudanças na lei, os gestores públicos têm se modernizado em relação à maneira como estão administrando os seus municípios, pois a participação popular tem se intensificado e o nível de exigência e fiscalização por um melhor desempenho de seus governantes aumenta consideravelmente a cada dia. Para se fazer uma gestão pública de qualidade se faz necessário seriedade, respeito à coisa pública, profissionais competentes e experientes nas áreas de finanças, de recursos humanos, planejamento estratégico, gestão de programas e de projetos.

A ferramenta de gestão utilizada que possibilita os investimentos e as melhorias no setor público municipal é o orçamento público. É ele quem norteia as ações da administração, considerando as receitas arrecadadas através de tributos vindos da sociedade. O orçamento determina a estimativa das receitas e autorização para que se possam realizar as despesas da administração pública em um determinado exercício. Através dele, pode-se efetuar um maior controle em relação

ao dinheiro público evitando maiores distorções e um desequilíbrio que pode acarretar em um déficit público.

Para que haja um maior controle em relação às informações fornecidas no orçamento, a cada mudança de gestão são feitas as alterações necessárias, com o intuito de que os recursos não sejam desviados para outros fins e deixem de ser investidos no que foi orçado inicialmente.

O orçamento público municipal, busca mostrar a importância do mesmo no dia a dia das prefeituras para um melhor uso e controle dos recursos públicos, que venham a gerar resultados positivos e maiores benefícios à população de seu município, proporcionando uma melhor qualidade de vida a todos. Serão apresentadas as variações ocorridas em determinado período orçamentário para assim se obter maiores detalhes sobre o uso dos recursos.

A escolha do tema foi feita por ser um assunto de total relevância para toda a população, pois o trato com a coisa pública é de interesse de todos, visto que o dinheiro investido é fruto do pagamento de impostos e, portanto, o cidadão deve ficar atento ao que é feito com o mesmo. A gestão pública e o orçamento municipal são dois termos que andam juntos e devem ser bem administrados, o gestor deve primar pelo desenvolvimento do seu município analisando quais são as prioridades para que os recursos sejam investidos de maneira eficiente e eficaz. O setor público possui uma grande responsabilidade na implementação, direcionamento e controle do orçamento público, pois os projetos e ações precisam atender as demandas da sociedade, mas também devem respeitar os limites da lei.

Desde que o gestor público siga os princípios da ética, certamente fará uso da máquina pública com o objetivo de concretizar metas e obter desempenho satisfatório em prol da coletividade. Um dos grandes desafios quando vemos a transição de um governo para outro, principalmente em se tratando de oposição, é a continuidade das obras iniciadas pelo governo anterior. É comum vermos obras inacabadas e recursos aplicados na melhoria da qualidade de vida da população se deteriorando por falta de conclusão das obras, causando prejuízos econômicos e sociais aos municípios. A chegada de um novo governo traz consigo novas prioridades e uma visão diferente de como as coisas devem funcionar, onde devem ser investidos os recursos, que áreas tem maior prioridade, e em geral isso acarreta novas destinações aos recursos e na maioria dos casos em vez de continuidade,

existe uma ruptura dos recursos investidos anteriormente e o desperdício do dinheiro público.

Á descrição dos dados serão feitas de acordo com o conteúdo obtido nos orçamentos e nos balanços da Prefeitura Municipal de Campina Grande que no ano de 2013 após dois mandatos sob o comando do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) com a gestão do então prefeito Veneziano Vital do Rego, passou por uma mudança com a chegada do novo governo agora de oposição, comandado pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) com a gestão do atual prefeito Romero Rodrigues Veiga. A pesquisa tomará por base os dois últimos anos do governo anterior e os dois primeiros anos do atual governo.

Neste sentido o presente trabalho procura responder a seguinte questão:

Como se apresenta a variação orçamentária da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 2011 a 2014?

Em face disso, esse trabalho tem como Objetivo geral:

Apresentar a estrutura orçamentária do município focando no término de um governo e no início de uma nova gestão.

Para se alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Identificar os itens que compuseram o orçamento municipal;**
- 2 - Avaliar as variações ocorridas no período estudado.**
- 3- Verificar a existência de setores mais ou menos beneficiados na distribuição de recursos e na execução orçamentária.**

2 - Fundamentação Teórica

À gestão pública e o orçamento público brasileiro vem evoluindo gradativamente nas últimas décadas, superando crises e passando por significativas mudanças ao longo do tempo, principalmente no setor sócio-político e econômico nas administrações públicas. Assim, com essas mudanças os municípios adquiriram maior autonomia administrativo-financeira. Dessa forma a necessidade para a elaboração de um planejamento orçamentário se fez necessário para expressar e definir de forma explícita e transparente os projetos e programas de governo que devem estar presentes, nas áreas da saúde, educação, infraestrutura, ação social, dentre outras. Para um melhor entendimento sobre o assunto, será descrito a seguir um pouco sobre fatos ocorridos na história do Brasil que contribuíram com essas mudanças.

2.1 - Etapas Evolutivas da Gestão Pública Brasileira

. O Brasil vivenciou um ciclo de reformas nas políticas de gestão pública entre os anos de 1930 a 1990 que tinham por objetivo modificar as estruturas, a organização, e o funcionamento da Administração Pública, para melhor capacitá-la para atender as necessidades do Estado e aos interesses da sociedade. Em meados dos anos de 1930 surge o Estado Burocrático, criado pelo governo de Getúlio Vargas e que tinha como características principais ser centralizador e intervencionista. Nessa mesma época, o Brasil passava por um período de aceleração industrial e o Estado passou a intervir fortemente no setor de bens e serviços . A criação do Estado Burocrático tinha como objetivo principal combater o patrimonialismo, onde o Estado não fazia distinção entre o que era patrimônio público e o privado, e onde prevalecia o nepotismo e a corrupção. Com a burocracia veio o formalismo, a impessoalidade, a hierarquia funcional, a profissionalização dos servidores e a racionalidade. O que se objetivava com isso era criar um sistema que moralizaria a administração pública e se faria respeitar. Mas os objetivos não se firmaram pois o governo não conseguia ser eficaz, nem eficiente, e apesar de amenizarem a corrupção e o nepotismo estes continuaram a existir. (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Em 1980 acontece uma nova crise, dessa vez provocada pelo Estado que mostra a decadência do modelo econômico em vigência, com seu crescimento econômico estagnado atrapalhando o funcionamento do mercado. Mas essa crise não afetou só o Brasil como também afetou outras nações. Segundo Brasil (1995 apud COSTA 2007, p.136) o que aconteceu foi que:

[...]paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução das taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas.

Um dos principais fatos geradores da crise do Estado se originou no âmbito fiscal, visto que o Estado passou a não funcionar como deveria, não gerando recursos para novos investimentos, impossibilitando o baixo custo dos serviços, criando entraves, precariedade e estagnação econômica, o que acarretou em falência de muitas empresas e na ineficácia de suas próprias estruturas. Diante disso Costa (2007, p. 139) destaca que:

[...] a crise do Estado é mais do que uma crise fiscal e decorre, em larga medida, da sua incapacidade de regular a vida social diante da emergência de novas tecnologias e, conseqüentemente, de uma nova organização produtiva e de um novo padrão de acumulação.

Outro período de reforma vivido pelo Brasil foi em meados dos anos de 1990. Ele é descrito por muitos como um processo de desafios, contradições e incertezas. Nesse período teve início o debate defendendo-se a necessidade de uma nova reforma da administração pública brasileira, acrescida de um amplo processo de reforma do Estado. Essa nova reforma teve seus alicerces nas premissas do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE). Seu grande defensor foi o então professor e Ministro de Estado Luiz Carlos Bresser Pereira. Esse documento foi formulado e implementado durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso e apresentava o diagnóstico da crise do Estado intervencionista e revelava a intenção do governo de efetuar a reforma da administração pública em consonância com os desafios da globalização e da modernidade. De acordo com esse documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, MARE, 1995, p. 12).

O documento também descreve que o Estado acabou gerando distorções e ineficiências quando quis assumir funções diretas de execução, o que indica que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, MARE, 1995, p.12).

Mas nesse período de 1990 aconteceram alguns avanços em aspectos como os dos princípios políticos que nortearam propostas como: participação, *accountability* e controle social e relativos à concepção de governança e à implantação das experiências de gestão do setor privado para o setor público. A agenda não foi suficientemente capaz de se expandir. Uma de suas grandes falhas foi a falta de mecanismos de coordenação política o que a tornou restritiva e mostrou que a maneira como a reforma foi projetada deixou brechas e se tornou ineficaz. (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995, foi implantada a nova administração pública gerencial, a qual segue os princípios da “Nova Gestão Pública” (New Public Management) que tinha como principal objetivo implementar um novo modelo administrativo que substituísse o antigo modelo burocrático. Entendia-se que o modelo então existente, firmado na concepção de Max Weber estaria ultrapassado e ineficiente, o que pressupôs a necessidade de mudança para que o Brasil acompanhasse o modismo reformista seguido por outros países a exemplo da Grã-Bretanha. O modelo gerencial é orientado para o cidadão e para obtenção de resultados. Todo esse processo foi coordenado pelo (MARE) Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. MATIAS-PEREIRA (2008).

De acordo com (Matias-Pereira, 2008, p.130):

A face pouco visível dessas recomendações é a geração de estímulos para promover o desmantelamento do Estado brasileiro. Esse quadro evidencia, de forma preocupante, as enormes dificuldades para encontrar novas alternativas e corrigir disfunções de um Estado de direito inacabado. Esse Estado de direito, sobre o qual se originaram nossas instituições republicanas, federativas e democráticas, apresenta enormes imperfeições estruturais, especialmente no âmbito da justiça, das instituições políticas, da forma e regime de governo, e em especial no campo social, onde não tem sido capaz de reduzir as desigualdades e promover inclusão social.

Analisando a crise da burocracia pública brasileira observa-se que é preciso uma ação mais efetiva do Poder Executivo no que diz respeito a agenda de governo. O modelo gerencial resvala em antigos hábitos que insistem em rondar o cenário político brasileiro, como os privilégios corporativistas, clientelismo e favorecimento, o que acarreta um retrocesso e ao mesmo tempo a consciência de que para se chegar aos verdadeiros objetivos da reforma é necessário que se observe o modo de administrá-la e que se questione o paradigma burocrático vigente. (MATIAS-PEREIRA,2008).

Para os estudiosos a discussão sobre os novos rumos da administração pública, demonstra a busca incessante por novos modelos que contribuam para garantir o desenvolvimento econômico e social do país, e um resultado mais efetivo das ações públicas perante a sociedade, elevando o nível de satisfação daqueles que fazem uso dos serviços públicos.

Hoje a sociedade está muito mais consciente dos seus direitos e deveres, é muito mais participativa e cobra dos seus governantes a aplicação de melhorias em todos os setores, dentre eles investimento no capital humano, em infra estrutura e tecnologia. Os debates sobre a reforma do Estado refletem na sociedade a conscientização da necessidade da transparência para se avançar e alcançar seus objetivos relativos ao desenvolvimento socioeconômico e a democracia. O modo como se apresentam as novas relações entre Estado, mercado, democracia e sociedade civil, mostram que é primordial combinar pensamentos, estratégias e estilos de trabalho para vencer os obstáculos e os desafios que dificultem o seu progresso. (MATIAS-PEREIRA, 2007).

2.2 - Descrição da Gestão Pública

Quando se fala em Gestão Pública, é praticamente impossível não falar em Administração Pública, Governo e Estado. Embora esses termos caminhem lado a lado, muitos ainda confundem seus conceitos e por vezes suas obrigações. Para uma maior compreensão acerca de cada termo a seguir uma breve descrição sobre suas definições e finalidades.

O Governo é tido como a principal autoridade governante de uma unidade política, onde seu principal objetivo é dirigir uma sociedade política e exercer

autoridade. É constituído por três esferas: federal, estadual e municipal. Para Meirelles (1985 apud SALDANHA, 2006, p. 11): o que melhor descreve o governo é a sua “expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”.

O Estado é entendido como a unidade administrativa de um território. Ele é formado por um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem às necessidades da população situadas em sua região. De acordo com Matias-Pereira (2008, p.3): “o Estado por meio da administração pública, tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade, com serviços públicos de qualidade e transparência”.

A Administração Pública é descrita por Wilson (1887, apud SALDANHA 2006, p.11): “como a execução minuciosa e sistemática do Direito Público, é uma atividade neutra e está vinculada à lei ou à norma técnica”. Pode ser interpretada em vários sentidos como: institucional, funcional e operacional. Quando analisada pelo sentido institucional, pode ser descrita como conjunto de órgãos criados para obtenção dos objetivos do governo; no seu sentido funcional é o suporte necessário aos serviços públicos em geral; e no sentido operacional é tida como desempenho contínuo, legal e técnico relativos aos serviços prestados pelo Estado ou por ele assumidos em prol da sociedade. (SALDANHA ,2006).

Existem várias percepções acerca do conceito de Administração Pública. Para Amato (1971), “ a administração pública é a gestão dos bens e interesses qualificados da comunidade, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, visando o bem comum”.

A Gestão Pública refere-se às funções da gerência pública nos negócios do governo; mandato de administração (FERREIRA, 1999). A gestão está intimamente ligada a um dado período de mandato, de onde se conclui que a gestão e a administração têm características semelhantes, tendo como diferencial o tempo disponível para sua execução. Ou seja, a gestão pública assim como a administração pública está ligada diretamente à lei ou à norma técnica e à política, pondo em prática ações administrativas em um período limitado de tempo. (SALDANHA ,2006).

Gestão Pública, Administração pública, Governo e Estado, são peças fundamentais para o desenvolvimento de um país. É através deles que as sociedades se desenvolvem com suas crises , dificuldades, problemas e desafios. E

é através deles também que nossa história é escrita de acordo com os fatos vividos, e os desafios que se impõem. O Brasil não é diferente de outros países, que em busca de seu desenvolvimento tiveram que passar por crises, reformas e várias dificuldades a serem superadas. Durante décadas o Brasil vivenciou um ciclo de reformas do Estado que trouxeram à tona discussões sobre a necessidade de mudanças em sua estrutura. Essas discussões dizem respeito às mudanças do aparelhamento administrativo, também tratam da ordem econômica, dos direitos de cidadania dos brasileiros e por fim, dos sistemas políticos dos três poderes. Vários são os pontos de vista em relação ao assunto. O que se pode afirmar é que os problemas que deram início às reformas ainda são foco de debates entre governo e sociedade, pelo fato de que os objetivos pelos quais as reformas aconteceram não se concretizaram em sua maioria por problemas de cunho histórico, conceitual, cultural, econômico e sociopolítico. (COSTA, 2007).

2.3 - O Contexto Contemporâneo da Administração Pública

O mundo contemporâneo vive em uma velocidade crescente e as transformações e demandas sociais impostas por essa nova realidade traz desafios cada vez maiores para os agentes públicos, que precisam a cada dia melhorar o seu desempenho na gestão pública para, reduzir as desigualdades e os problemas socioambientais, combater a corrupção, elevar a transparência e promover a valorização do servidor público. O que se observa é que apesar das restrições fiscais, o importante é fazer o melhor uso possível dos recursos alocados ao setor público. A agenda política dos países em desenvolvimento devem responder aos desafios da conjuntura internacional e trabalhar para a implementação de políticas públicas de qualidade, inclusão social, educação, inovação científica e tecnológica. Também é importante que se desenvolvam valores éticos e morais no intuito de atender a imposição dos princípios básicos que dizem respeito à Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Nesse novo contexto da administração pública, as Ciências Sociais são um ponto importante que devem ser mencionado pois têm desempenhado a cada dia papel mais relevante e garantido num cenário em que a demanda impulsiona políticas e programas sociais, onde a sociedade civil pressiona, o debate político avança e faz-se presente a real compreensão do ser humano. Essa visão

multidisciplinar impulsiona as ciências sociais a abrir seus horizontes para uma visão mais abrangente em relação a todas as áreas do conhecimento. A partir daí observa-se também a necessidade do fortalecimento da interdisciplinaridade presente nos conhecimentos econômicos, jurídicos, políticos e da administração pública que corroboram para uma melhor visão de mundo e orienta as capacidades cognitivas individuais (MATIAS-PEREIRA, 2008).

De acordo com o pensamento econômico liberal, a maneira como cada indivíduo se interessa por algo desenvolve um tipo de mercado onde acontecem as relações de troca de bens e serviços. E essa liberdade de pensar e agir passa a ter uma importante função para a determinação dos preços. Para regular esse mercado é imprescindível a presença das instituições para assegurar o cumprimento das negociações por ambas as partes. North (1990 apud MATIAS-PEREIRA, 2008, p.10) define as instituições como “o conjunto de leis, normas, costumes, tradições e outros aspectos culturais que balizam a ação de sociedades, organizações e indivíduos” paralelo às instituições e às leis estão os valores morais que são instrumentos indispensáveis para o bom funcionamento da sociedade.

É visível que a base estrutural das novas sociedades está consolidada na junção entre o mercado e a democracia, pois ambos caminham lado a lado. Em se tratando de atividades econômicas, observa-se uma significativa redução com relação a intervenção do Estado e uma visível aceleração à iniciativa privada. Os sistemas de governo ao redor de todo o mundo têm se modernizado, e muitos têm optado pela democracia, visto que hoje existe uma maior participação popular que exige de seus governantes mais compromisso com a gestão pública e transparência com o dinheiro público.(MATIAS-PEREIRA, 2008).

2.4 – O Orçamento Público

Os gestores públicos no contexto contemporâneo, têm procurado métodos de trabalho que melhor se adequem à nova realidade da gestão pública, e sabem de suas responsabilidades com relação à coisa pública. Hoje as leis estão mais rígidas e as punições mais severas. Para auxiliar o bom andamento da gestão e de como serão utilizados os recursos advindos das contribuições dos cidadãos, os gestores utilizam uma ferramenta essencial para administrar e melhor atender às necessidades da sociedade. Essa ferramenta é o orçamento público que vem a ser

o instrumento de planejamento de que dispõe o poder público em todas as suas esferas. Ele é tido como um instrumento de gestão da maior relevância na administração pública e um dos mais antigos também.

Aliomar Baleeiro conceitua orçamento público como sendo:

[...]o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros afins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. (BALEEIRO, 2002, p. 412).

Seu principal objetivo deve ser o de identificar as principais necessidades sociais para a devida aplicação dos recursos oferecendo serviços essenciais como educação, saúde, saneamento, cultura, segurança, entre outros. Pode-se dizer que de uma certa forma o orçamento representa um sistema que traduz as preferências do eleitor transformadas em atividades, projetos e programas que objetivam atender as demandas por bens públicos.

.Para os autores da área o orçamento possui muitas conceituações, na visão de Feijó (2003: p 47) é relatado da seguinte forma:

A ação planejada do Estado quer na manutenção de suas atividades quer na execução de seus projetos, se materializa através do orçamento, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período de tempo, o seu programa de ação, discriminando a origem e o montante de recursos a serem arrecadados, bem como os dispêndios a serem efetuados.

O Orçamento é regulado pelo artigo 165 da Constituição Federal, pela Lei 4320/64 e pela Lei complementar 101/2000 (também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal) que determina em seu art. 1º, § 1º a saber:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Essas normas instituem e regulamentam um modelo orçamentário que deve ser elaborado em três etapas que fazem parte do ciclo orçamentário que compreende: O Plano Plurianual (PPA); A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a

Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas Leis valem para os governos federais, estaduais e municipais.

2.4.1 – O Plano Plurianual (PPA)

O Art. 165, §1º da Constituição Federal, dispõe as regras fundamentais que guiam a preparação do PPA:

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual;

[...]

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Conforme preceito legal, o Plano Plurianual (PPA) tem duração de quatro anos e tem como objetivo ordenar as ações do governo para atingir suas diretrizes, objetivos e metas da administração Federal, Estadual ou Municipal que orientarão os programas e políticas públicas de governo. Compete ao chefe do poder Executivo (no caso do municipal, o prefeito recém-eleito) elaborá-lo. Sua vigência tem início a partir do segundo ano de seu mandato e se encerrará no final do primeiro ano do mandato do chefe do Executivo subsequente. Em outras palavras sua vigência se dará nos três anos do governo que o formulou e no primeiro ano do governo subsequente. Essa medida é adotada para garantir ao governo subsequente, depois de empossado, o acesso às contas públicas e a situação financeira deixada pelo seu antecessor, estabelecendo assim a oportunidade de uma análise sobre a capacidade da máquina pública para que possa estruturar suas expectativas e propostas para o próximo Plano Plurianual (PPA). Essa defasagem também tem por objetivo dar continuidade ao processo de planejamento, ou seja, para garantir que o que foi dado início no governo anterior, tenha continuidade no governo atual. A proposta depois de pronta é enviada à Câmara Municipal, onde é apreciada pelos vereadores que, após análises, estudos, deliberações e audiências públicas, reencaminham ao prefeito, com eventuais emendas. Após a implementação do (PPA) compete também aos vereadores a fiscalização da aplicação dos recursos nos programas de governo que foram previstos.

2.4.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a Constituição Federal:

Art. 165, § 2º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecerá as metas e prioridades da Administração Pública, seja ela, Federal, Estadual ou Municipal, inclusive despesas de capital para o exercício subseqüente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual; disporá sobre as alterações na Legislação Tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências nacionais do fomento. É portanto, uma lei anual, também encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, que fixa as regras pelas quais os orçamentos anuais serão elaborados e executados, de modo a assegurar o cumprimento dos Planos Plurianuais.

2.4.3 – A Lei Orçamentária Anual (LOA)

. Elaborada anualmente, a Lei Orçamentária Anual (LOA) busca concretizar algumas das previsões constantes no Plano Plurianual. Para atingir esse objetivo, a LOA programa suas ações com base nas prioridades propostas pela LDO. “Em seu texto ela define todas as receitas e fixa todas as despesas referentes ao seu respectivo exercício fiscal. Como o (PPA) e a (LDO), também está submetida à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que recomenda critério por parte do administrador e da vereança, por ocasião da escolha das prioridades do município”. A LOA divide-se em três orçamentos: o primeiro é o Orçamento Fiscal, que se refere a gastos com pessoal, custeio da máquina pública, transferências para outras entidades administrativas e outras atividades congêneres, além de planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações, material permanente, etc. A segunda categoria é o Orçamento de Investimentos, destinado a obras e incrementos na cidade. Por fim, mas ocupando uma significativa parcela do montante, está o Orçamento de Seguridade Social, que abrange a Previdência

Social, a Assistência Social e a Saúde Pública. O texto da LOA também aborda a chamada verba de contingência, isto é, aquela dotação orçamentária destituída de destinação, o que possibilita seu uso para a abertura de créditos adicionais ao Executivo.

2.5 - Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários são regras básicas que devem ser seguidas durante a elaboração do orçamento e que norteiam os passos a serem seguidos para padronizar e garantir o uso correto do dinheiro público. Estes princípios tem como objetivos garantir a racionalidade, a transparência e a eficiência na elaboração do orçamento e são de extrema importância no momento da avaliação do mesmo.

Existem três princípios básicos que obrigatoriamente tem que ser seguidos para que se dê a elaboração e controle do orçamento público. Esses três princípios estão definidos na Constituição, descritos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Lei nº 4.320/64 estabelece os fundamentos da transparência orçamentária (art. 2º):

“A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade (contemplado também, na CF 88”).

2.5.1 - Princípio da Unidade

Tem como base que cada entidade de direito público deve possuir apenas um orçamento, fundamentado em uma única política orçamentária e estruturado uniformemente. Assim, existe o orçamento da União, o de cada Estado e o de cada Município.

2.5.2 - Princípio da Universalidade

De acordo com esse princípio a Lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública deve ficar fora do orçamento.

2.5.3 - Princípio da Anualidade ou Periodicidade

Segundo Piscitelli et al (1997, p. 50) de acordo com o princípio da Anualidade ou Periodicidade o orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um período de tempo Kohama (2009, p. 42) refere que se utiliza convencionalmente o período de um ano, por apresentar a vantagem de ser adotado pela maioria das empresas particulares. De acordo com o autor é importante se observar que:

“Outra vantagem é a que concilia duas condições opostas, que consistem no fato de que quanto mais distante a época para a qual se projeta maior a possibilidade de erro; sob este aspecto seria conveniente programar para períodos bem curtos, porém o ato de programar envolve uma soma de variedades de tarefas que seria impossível realizá-la em intervalos reduzidos”. (KOHAMA, 2009)

2.6 - O Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário é considerado como o período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público. É um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora/planeja, aprova, executa, controla/avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro. Dessa forma, o ciclo orçamentário possui quatro fases descritas a seguir.

2.6.1. – Elaboração do Orçamento

Para Slomski (2003, p. 208) esta fase é de competência do poder Executivo, que de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixa os objetivos para o período, levando em conta as despesas correntes já existentes e aquelas que ainda serão criadas. Nessa fase são feitos estudos para definir o montante de recursos

necessários para dar conta das despesas de capital. Essa fase ocorre antes, enquanto as fases de controle e avaliação acontecem depois.

2.6.2 – Aprovação

Essa fase refere-se a tramitação da proposta no Poder Legislativo, nessa etapa são feitas revisões na estimativa das receitas, e os programas de trabalho passam por modificações através de emendas; também são estabelecidos os parâmetros de execução.

2.6.3 – Execução

Nessa fase, o orçamento é programado (isto é, são definidos os cronogramas de desembolso – ajustando o fluxo de dispêndios às sazonalidades da arrecadação), executado, acompanhado e parcialmente avaliado, sobretudo por intermédio dos mecanismos de controle interno e das inspeções realizadas pelos órgãos de controle externo

2.6.4 – Controle

Nessa etapa é feita a confrontação, o acompanhamento da execução de todas as despesas, analisando se os prazos estão sendo cumpridos e se os padrões e as normas vigentes estão sendo seguidos.

No âmbito externo o controle é feito pelo Congresso Nacional, com o auxílio do (TCU) Tribunal de Contas da União. No âmbito interno é realizado pela (CGU) Controladoria Geral da União.

2.7. – Conclusão do referencial teórico

Por tudo o que foi descrito, é certo afirmar que para participar, intervir e decidir sobre políticas públicas é necessário o uso de informações técnicas e formação política. Articular estas duas dimensões sem sobrepô-las é um desafio constante para quem trabalha com capacitação dos sujeitos populares. Tratar de Orçamento Público é um desafio ainda mais árido, tendo em vista que as definições técnicas e legais são imensas, o que pode gerar obstáculos à participação direta. O objetivo principal da construção e execução orçamentária é que os governos revelem os seus reais compromissos, porque é na avaliação dos resultados que a sociedade pode perceber a sua efetividade e eficácia.

3 - Metodologia

Quanto a abordagem do trabalho, trata-se de uma pesquisa quantitativa pois seus dados podem ser quantificados e centrados na objetividade. Neste sentido será feito um estudo de comparações múltiplas. Trata-se também de uma pesquisa *ex-post-facto*, já que os documentos pesquisados (elaboração e execução) aconteceram em períodos passados, sem abertura para novos registros, ficando assim impossível qualquer tipo de manipulação experimental por parte da pesquisadora.

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como sendo uma pesquisa do tipo descritiva, pois irá tratar de fatos ocorridos durante os últimos quatro anos na Prefeitura Municipal de Campina Grande. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) apud TRIVIÑOS (1987) a pesquisa descritiva exige do pesquisador uma busca metódica na obtenção de informações que proporcionem ao pesquisador uma base sólida para o tratamento dos dados.

Quanto aos procedimentos adotados na pesquisa, essa tem como fim o tipo de pesquisa exploratória e quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa do tipo documental. Para Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa exploratória possibilita uma maior familiaridade com o problema, objetivando torná-lo mais evidente.

Quanto a coleta de dados serão utilizados dados secundários a partir de documentos fornecidos pela Câmara de Vereadores de Campina Grande, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e pelo Portal da Transparência. Com relação ao tratamento dos dados será utilizado estatística descritiva.

3.1. - Coleta de dados

Para a coleta de dados foram realizadas pesquisas bibliográficas (incorporadas ao referencial teórico) que contribuíram com uma riqueza de informações sobre o tema abordado para uma maior compreensão do assunto. Também foram colhidos material documental impresso e digital. Esse material serviu de base para a análise e os dados que serão apresentados.

3.2. - Pesquisa Documental

Com o objetivo de buscar subsídios que contribuíssem com a riqueza de informações para a pesquisa, além de colaborar para a análise dos dados coletados, foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais para identificar conhecimentos disponíveis relacionados com o orçamento público.

Sobre os documentos provenientes da citada pesquisa, os demonstrativos utilizados para a realização deste trabalho foram obtidos junto à Câmara Municipal de Vereadores, Prefeitura Municipal de Campina Grande, por meio da sua Coordenadoria de Gestão e pelo Portal da Transparência.

O material adquirido através dos órgãos acima citados são descritos a seguir:

- Orçamento Programa, LOAS referentes aos anos 2011 a 2014;
- Balanços referentes aos anos de 2011 a 2014;
- Gráficos orçamentários disponibilizados pelo Portal da Transparência, onde se encontra o total destinado a cada função.

A coleta foi feita através de dados secundários visto que os documentos já encontram-se disponíveis para estudo e análise da população em geral.

E por fim, foram utilizados gráficos e tabelas para melhor elucidar os dados.

4. - Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi feita por meio da apreciação dos conteúdos, com a ajuda de recursos informatizados do Excel. De acordo com os objetivos propostos para essa pesquisa, que visa analisar as variações dos itens orçamentários da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período entre os anos de 2011 a 2014.

A análise dos dados levou em consideração a variação tanto percentual quanto absoluta nos diferentes setores sob administração da prefeitura, além de se levar em consideração se alguns aumentos foram correspondentes às variações no índice oficial de inflação. Em alguns setores também foi utilizado valores de média ponderada para se comparar os gastos nos dois anos analisados de cada gestão. Assim além de contar com o valor percentual de cada setor no orçamento total, também se usou de porcentagem para análises de variações dentro de cada setor visando enriquecer a análise.

4.1. - A Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Campina Grande

Apos feitas as análises, foram observadas que fazem parte da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, as funções que se seguem e suas principais atribuições. Os dados foram extraídos do Portal da Transparência.

Saúde

Os recursos destinados a área da saúde são geridos pela Secretaria de Saúde do Município, que tem como principal finalidade garantir a qualidade de vida do cidadão, relativas à atenção integral à saúde individual e coletiva. Tem como função normativa de saúde pública: a promoção de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica; como também a execução de ações que visem o desenvolvimento da educação sanitária e do serviço social da saúde, o gerenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo Municipal de Saúde (FMS) e do desenvolvimento de outras atividades relacionadas que venham a ser atribuídas.

Administração

Essa função orçamentária é gerida pela Secretaria de Administração que possui como principal finalidade, estruturar, dinamizar, coordenar e fiscalizar a política administrativa da prefeitura. Tem por objetivo o desenvolvimento das atividades de forma mais ágil, menos onerosa e mais eficaz, servindo assim de referência para os demais órgãos municipais com o objetivo de possibilitar uma melhoria na prestação de serviço ao cliente cidadão, institucional e ao cliente servidor.

Educação

Os investimentos na área da Educação são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que tem como principal finalidade gerir a educação do município e desenvolver o seu padrão de ensino. É de sua atribuição ofertar educação infantil em pré-escolas, escolas e creches, esses alunos devem ser atendidos com programas de alimentação e material didático-escolar, também devem ser ofertados cursos de qualificação profissional e devem ser realizados programas de ações culturais.

Previdência Social

O IPSEM é uma autarquia responsável pelo gerenciamento acompanhamento e operacionalização dos serviços relativos a previdência social dos servidores do município. Tem como principal finalidade atender bem o servidor ativo, aposentado e pensionista; arrecadar e fiscalizar as contribuições previdenciárias devidas pelo município; administrar os recursos financeiros e os fundos previdenciários; proceder, no âmbito do seu Órgão, à gestão, ao controle e à prestação de contas dos recursos financeiros colocados à sua disposição, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Poder Executivo Municipal.

Urbanismo

Os recursos destinados a área de urbanismo, são de responsabilidade da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA). É o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de obras públicas

municipais, saneamento, urbanização, viação e núcleos central dos sistemas de manutenção e infra estrutura urbana, dos serviços públicos do município competindo-lhes especialmente: planejar, projetar, orçar, coordenar, executar e fiscalizar as obras públicas da prefeitura; programar, coordenar e execução da política urbanística do município.

Gestão Ambiental

São atribuições da SESUMA Secretária de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, elaborar campanhas de conscientização e preservação ambiental; promover ações educativas; fiscalizar atividades potencialmente poluidoras e degradantes do meio ambiente; licenciar ambientalmente obras, atividades e empreendimentos; elaborar projetos de arborização e planejamento urbano ambiental; realizar estudos de impacto ambiental; elaborar ações de conservação de fauna silvestre e recuperação de áreas degradadas.

Encargos Especiais

É da competência da Secretaria de Finanças a gestão da Receita Tributária Municipal e a gestão da despesa pública, com o objetivo de garantir a integridade e a sustentabilidade das finanças municipais, por meio do planejamento e do controle econômico, do equilíbrio financeiro, da potencialização, da arrecadação tributária eficiente e da captação externa de recursos.

Legislativo

Cabe à Procuradoria Geral do Município defender judicial e extrajudicialmente o Município assessorando os órgãos municipais e promovendo a execução da dívida ativa municipal, objetivando assegurar o interesse público.

O Legislativo possui duas funções típicas: a função legislativa e a função fiscalizadora. A primeira consiste em elaborar, apreciar, alterar ou revogar as leis de interesse do município, sendo que essas leis podem ter origem na própria Câmara ou resultar de projetos de iniciativa do Prefeito, ou da própria sociedade, através da iniciativa popular. A segunda função, consiste na atividade que o Poder Legislativo exerce para fiscalizar o Executivo e a burocracia, ou seja, é o acompanhamento da implementação das decisões tomadas no âmbito do governo e da administração.

Comércio e Serviços

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) desenvolve uma política administrativa que direciona significativos investimentos para o progresso econômico de Campina Grande. Organizada em três Coordenadorias- Coordenadoria de Turismo (Codemtur), Coordenadoria de Eventos e Coordenadoria de Desenvolvimento Local, a Secretaria busca parcerias públicas e privadas para desenvolver as potencialidades econômicas da cidade, trabalha na atração de grandes empresas que resultam na geração de emprego e renda para a população, administra os mercados Arcca Titão e Arcca Catedral, fomenta o turismo através da realização de eventos de grande valor cultural, além de apoiar e incentivar eventos institucionais.

Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social tem a função de desenvolver políticas públicas voltadas para a área social com famílias, sobretudo aquelas que estejam em situação de vulnerabilidade com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Também tem o intuito de oferecer assistência as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, através de programas sociais.

Agricultura

A Secretaria de Agricultura tem o objetivo de promover o Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável, baseado na busca de alternativas aos problemas prioritários e nas potencialidades locais, comprometido com o processo educativo e bem-estar da população rural, permitindo a manutenção do emprego no campo, o aumento da renda e o crescimento do nível educacional das famílias que vivem no meio rural e ao mesmo tempo melhorar e preservar para as futuras gerações os recursos naturais existentes no Município;

Destaca-se por apoiar, preferencialmente, os agricultores familiares, visando a superação dos desafios, atuando de forma integrada em Programas e Projetos, coerentes com a realidade local e estratégias dos agricultores, suas famílias e organizações representativas; Se propõe a estimular a ampliação e/ou instalação de agroindústrias, que possam estabelecer sistema de parcerias favoráveis ao público rural e urbano;

Proporcionar mecanismos/ações que visem a interação direta entre produtores rurais e consumidores da área urbana; e garantir programas e projetos que possam interagir entre Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar e Abastecimento Urbano.

Desporto e Lazer

A Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer tem o objetivo formular, planejar e implementar a Política Municipal de Esporte e Lazer, coordenando as ações dela decorrente, além de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro do governo e junto à sociedade.

Habitação

A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) tem por atribuições fundamentais a promoção da Política de Desenvolvimento Urbano, integrada às demais políticas setoriais, sob o controle social do Conselho da Cidade, e a promoção da Política de Habitação de Interesse Social, integrada à política de Desenvolvimento Urbano e demais políticas setoriais, por meio da elaboração, gerenciamento e acompanhamento de programas, planos e projetos de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária.

Trabalho

A Agencia Municipal de Desenvolvimento (AMDE) é uma Autarquia vinculada a Prefeitura Municipal de Campina Grande e tem como propósito o fomento à geração de emprego e renda, bem como, assessoria, capacitação e gestão financeira na área de cooperativismo. A agência também trabalha com projetos sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida dos artesãos, mulheres e jovens através de programas destinados a este público. Como exemplo temos o projeto DIGNA que trabalha com alfabetização e qualificação profissional de

mulheres de baixa renda. A AMDE também dispõe do Banco do Povo, que realiza financiamentos para pequenos empreendedores.

Direitos da Cidadania

Essa função está atrelada ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD), vinculado ao (PROCON), com a finalidade específica de garantir e administrar os recursos financeiros necessários às ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores no Município. Tem por objetivo ressarcir e prevenir danos causados à coletividade relativos ao meio ambiente, ao consumidor, bem como a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito municipal.

Cultura

A Secretaria Municipal da Cultura tem como finalidade formular e implementar políticas públicas com vistas a incentivar a produção artística e a diversidade cultural, a preservação do patrimônio cultural e a garantia de acesso aos bens culturais.

Judiciário

Vinculado à Procuradoria Geral do Município, possui a função de zelar pelas leis. Deve fiscalizar para que as leis sejam cumpridas e zela também pelos direitos dos indivíduos. Este poder é exercido pelos Juízes e Promotores de Justiça.

Ciência e Tecnologia

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação tem como finalidade promover o fortalecimento do patrimônio científico e tecnológico do Município, competindo-lhe executar as funções de planejamento, implementação, coordenação, supervisão e controle da política municipal de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, bem como promover e apoiar ações e atividades de incentivo à pesquisa científica, à criação de tecnologia adequada à região, à inovação tecnológica e ao ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, visando o desenvolvimento local sustentado e com inclusão social.

Segurança Pública

A Secretaria de Obras tem entre suas atribuições a gestão da Defesa Civil, órgão responsável pelas ações em casos de desastres e calamidades públicas. Compete a Defesa Civil estratégias e diretrizes para orientar as ações de redução de desastre, em âmbito municipal.

Compete a guarda municipal defender os bens, serviços e instalações municipais; tais como ruas, praças, reservas ambientais, prédios públicos entre outros, ou seja, garantir a salva guarda do patrimônio público municipal

4.2. Evolução anual das funções orçamentárias e suas variações.

Através das análises, foram observadas às variações orçamentárias, por função, ocorridas no período entre os anos de 2011 a 2014. Para uma melhor compreensão dos valores investidos em cada setor tanto em valores em reais quanto em porcentagem que serão descritos nas tabelas e gráficos, segue inicialmente o Quadro 1 que demonstra os valores totais dos orçamentos dos anos analisados.

Quadro 1: Orçamentos Anuais

| Valor Total dos Orçamentos Anuais | |
|--|---------------------------|
| 2011 | R\$ 511.195.934,93 |
| 2012 | R\$ 594.020.769,20 |
| 2013 | R\$ 635.165.670,34 |
| 2014 | R\$ 704.309.277,47 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Saúde

A tabela 1 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Saúde entre os anos de 2011 a 2014.

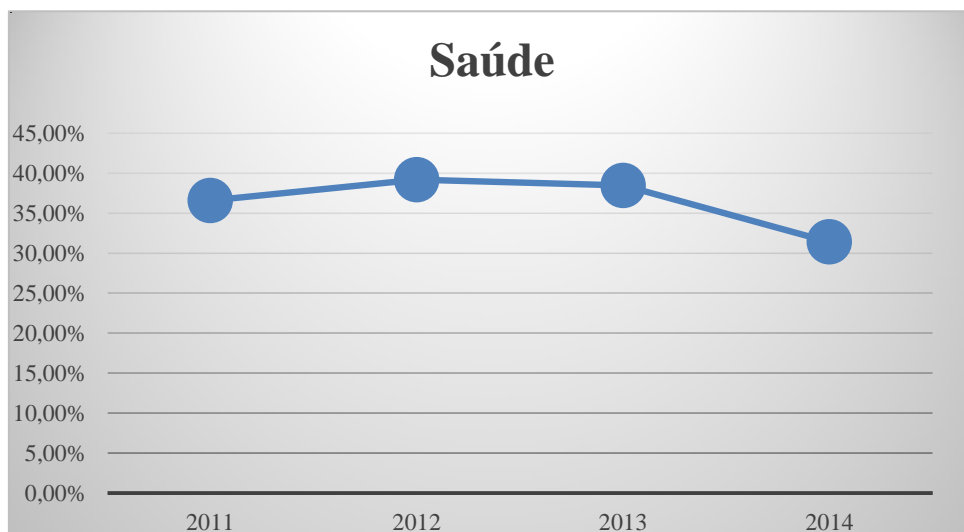
Tabela 1: Execução Orçamentária na função Saúde 2011 a 2014

| Saúde | Valores | % |
|-------|--------------------|--------|
| 2011 | R\$ 186.970.526,42 | 36,58% |
| 2012 | R\$ 232.783.906,82 | 39,19% |
| 2013 | R\$ 244.310.789,36 | 38,46% |
| 2014 | R\$ 221.092.603,38 | 31,39% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 1 representa os valores em porcentagem da tabela acima

Gráfico 1 Valores em percentuais das despesas com Saúde



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 1 mostra que o montante aplicado no setor da saúde, teve trajetória ascendente por 2 anos seguidos (2011 e 2012). Em 2013 é possível observar uma leve queda em números proporcionais na casa de 38,46% em comparação com o ano de 2012 que foi de 39,19%. Essa queda em percentuais segue no ano de 2014 correspondendo a 31,39%.

Em 2011 o valor total do orçamento foi de R\$ 511.195.934,93, e o total investido na saúde foi de R\$ 186.970.526,42, o que correspondeu a 36,58% do orçamento da prefeitura. No ano de 2012 o orçamento total foi de R\$

594.020.769,20 e o investimento no setor foi de R\$ 232.783.906,82, o que correspondeu a 39,19% do total do orçamento. Em termos relativos, o aumento de 2011 para 2012 foi de R\$ 45.813.380,40, o que representou um aumento de cerca de 24,5%, bem acima do índice da inflação no período que em termos percentuais foi de 2,61%

Enquanto que nos dois últimos anos da gestão do prefeito Veneziano Vital do Rego observa-se uma ascendência no setor da saúde, nos dois primeiros anos da gestão do Prefeito Romero Rodrigues, houve um aumento nos gastos com um declínio em números proporcionais dos valores investidos.

Administração

A tabela 2 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Administração entre os anos de 2011 a 2014

Tabela 2: Execução Orçamentária da função Administração 2011 a 2014

| Administração | Valores | % |
|----------------------|--------------------|----------|
| 2011 | R\$ 81.533.643,10 | 15,95% |
| 2012 | R\$ 81.718.073,15 | 13,76% |
| 2013 | R\$ 93.029.827,64 | 14,65% |
| 2014 | R\$ 157.159.787,94 | 22,31% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 2 representa os valores em porcentagem da tabela acima:

Gráfico 2: Valores em percentuais das despesas com Administração



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 2 mostra que o embora os investimentos com Administração tenham tido um aumento progressivo em valores absolutos, aconteceram oscilações nos valores em porcentagem que variaram entre 13,76% a 22,31% durante os quatro anos. Embora no ano de 2012 tenha ocorrido um aumento relativo de R\$ 184.430,05 em comparação ao ano de 2011, os gastos em administração diminuíram sua parcela no orçamento em termos proporcionais, passando de 15,95% em 2011 para 13,76% em 2012.

Em 2013, primeiro ano do mandato do prefeito Romero Rodrigues, os gastos aumentaram cerca de 7,19% em valores absolutos com relação ao ano de 2012 em que foram gastos R\$ 81.533.643,10 chegando em 2013 ao total de R\$ 93.029.827,64, entretanto a proporção em relação ao orçamento ,14,65%, ficou menor que em 2011 quando o percentual foi de 15,95%.

Em 2014 o orçamento no setor sofreu o seu aumento mais significativo, elevando-se mais de 68,81% em comparação ao ano anterior, chegando ao patamar de 22,31% do orçamento que representava o montante de R\$ 157.159.787,94.

Educação

A tabela 3 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Educação entre os anos de 2011 a 2014.

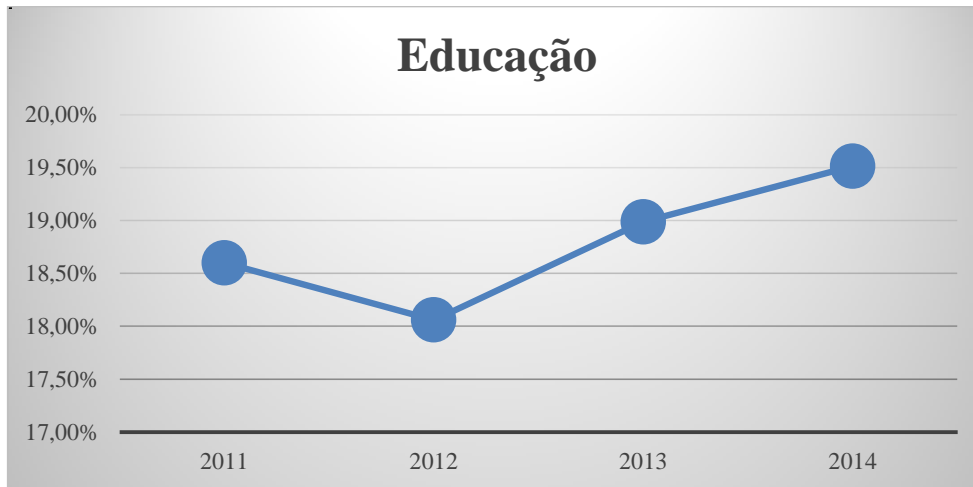
Tabela 3: Execução Orçamentária da função Educação 2011 a 2014

| Educação | Valores | % |
|-----------------|--------------------|----------|
| 2011 | R\$ 95.083.556,47 | 18,60% |
| 2012 | R\$ 107.281.532,85 | 18,06% |
| 2013 | R\$ 120.608.302,49 | 18,99% |
| 2014 | R\$ 137.445.555,09 | 19,51% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 3 representa os valores em porcentagem da tabela acima:

Gráfico 3: Valores em percentuais das despesas com Educação



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 3 os investimentos em educação não sofreram grandes alterações estruturais da gestão do (PMDB) para a do (PSDB). Percebe-se um aumento progressivo nos valores absolutos destinados a educação ao longo do período analisado, no entanto em 2012 ocorre uma queda na proporção relativa do total de recursos aplicados em relação ao ano anterior e uma recuperação nos anos de 2013 e 2014.

No último ano da gestão de Veneziano (PMDB), houve aumento absoluto nos gastos em educação e decréscimo percentual em relação ao ano anterior. Em 2011 foi destinado o montante de R\$ 95.083.556,47 que correspondeu a 18,60% do valor total do orçamento daquele ano que foi de R\$ 511.195.934,93. Apesar de em 2012 os recursos aplicados terem sido maiores estes representaram uma menor porcentagem em relação ao ano anterior, o total de R\$ 107.281.532,85 correspondeu a 18,06% dos R\$ 594.020.769,20 gastos no ano pela prefeitura. Houve um aumento relativo de 12,82% no dinheiro destinado à educação bem maior que o índice oficial de inflação que foi de 5,84% no ano de 2012. Entretanto o decréscimo da proporção dos recursos alocados em educação/total de recursos da prefeitura foi de 0,56%.

Nos primeiros anos da administração de Romero Rodrigues do (PSDB), houve aumentos tanto absolutos como proporcionais na educação. Em 2013 o gasto no setor foi de R\$ 120.608.302,49 que correspondeu a um aumento relativo de 12,42% em comparação com 2012 (mais uma vez bem acima da inflação oficial que foi de 5,91%) e de 26,84% em relação a 2011. No ano de 2014 seguiu-se a trajetória

de aumento de gastos alcançando o valor de R\$ 137.445.555,09, um aumento de 13,96% com relação ao ano anterior e de 28,11% em comparação ao último ano da gestão do (PMDB).

Com base na análise do período, percebe-se que o investimento em educação vem seguido de constantes aumentos. Aumentos estes que acompanharam a maior arrecadação da prefeitura no período, com exceção do ano de 2012, em que apesar do aumento do dinheiro destinado ao setor, a proporção com relação ao total arrecadado no ano foi menor do que a do ano de 2011. Nos primeiros anos de Romero Rodrigues do (PSDB) na administração da prefeitura continuou a tendência de maior arrecadação e maior destinação destes recursos para a educação, como demonstrado no gráfico acima.

Um fator importante a ser analisado neste período é que o aumento nos recursos destinados a educação foram superiores aos índices de inflação oficial no período, o que mostra que não houve perda no poder de compra do total alocado no setor e que os aumentos foram reais e que mesmo a queda proporcional em 2012 não afetou o crescimento em termos absolutos e reais das verbas para educação.

Previdência Social

A tabela 4 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Previdéncia Social entre os anos de 2011 a 2014

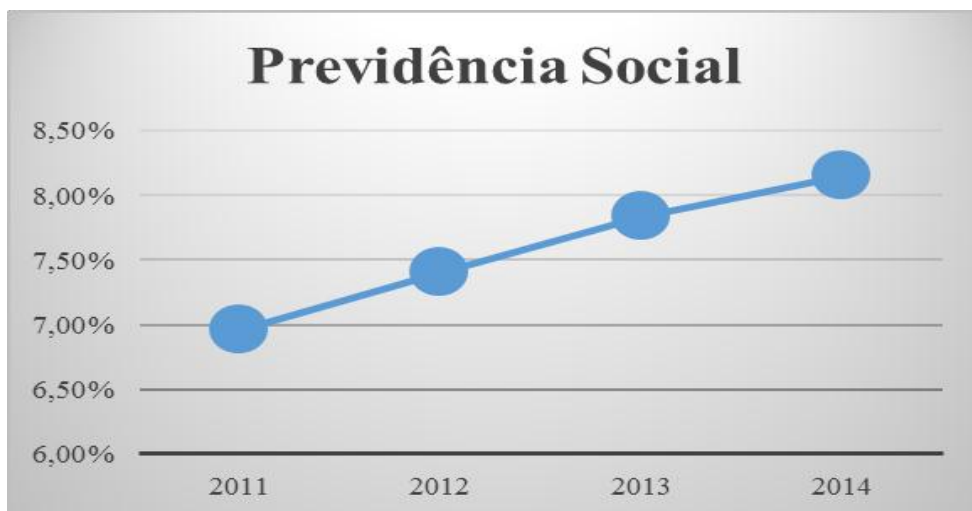
Tabela 4: Execução Orçamentária na função Previdéncia Social 2011 a 2014

| Previdéncia Social | Valores | % |
|---------------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 35.575.380,67 | 6,96% |
| 2012 | R\$ 43.948.119,43 | 7,40% |
| 2013 | R\$ 49.719.466,89 | 7,83% |
| 2014 | R\$ 57.403.118,46 | 8,15% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 4 representa os valores em porcentagem da tabela acima:

Gráfico 4: Valores em percentuais das despesas com Previdência Social



Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 4 mostra que os gastos com previdência social foram um dos poucos que aumentaram durante todos os anos analisados tanto absolutamente como proporcionalmente ao orçamento, aumentos estes sempre maiores que o índice oficial de inflação a cada ano. Os recursos destinados a este setor ocupam parte significativa no orçamento, tendo seu maior índice em 2014 quando correspondeu a 8,15 dos gastos da prefeitura.

O maior aumento relativo foi o do ano de 2012 em comparação ao ano anterior em que se investiu 19,05% a mais que 2011. Os outros aumentos apesar de mais discretos também foram significativos chegando em 2014 a R\$ 57.403.118,46, 13,38% em termos relativos a mais que o investido em 2013.

Comparando as médias das duas gestões nos dois primeiros anos de Romero Rodrigues, foram destinados à previdência social cerca de 25,73% a mais de recursos se comparada a média dos dois últimos anos de Veneziano Vital do Rego.

Urbanismo

A tabela 5 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Urbanismo entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 5: Execução Orçamentária na função Urbanismo 2011 a 2014

| Urbanismo | Valores | % |
|------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 52.584.711,73 | 10,29% |
| 2012 | R\$ 58.859.692,71 | 9,91% |
| 2013 | R\$ 71.299.545,08 | 11,23% |
| 2014 | R\$ 44.113.335,41 | 6,26% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 5 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 5: Valores em percentuais das despesas com Urbanismo



Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 5 mostra que o urbanismo representa um dos setores com maior gasto por parte da prefeitura. De 2011 a 2013 ficou como o quarto setor com maior investimento, no ano de 2014 perdeu uma posição para os gastos com previdência social.

Nos últimos anos do mandato do (PMDB) o valor destinado ao urbanismo sofreu aumento absoluto e queda na proporção com o orçamento total. Enquanto em 2011 foi gasto R\$ 52.584.711,73, o que representou 10,29% do total gasto pela prefeitura, em 2012 foi alocado R\$ 58.859.692,71 representando 9,91%.

Em 2013, na gestão do (PSDB), houve um aumento de 17,47% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 71.299.545,08. Entretanto no ano seguinte houve uma queda 38,12% atingindo um total de R\$ 44.113.335,41 que representou 6,26% do orçamento, ficando no menor índice no período analisado.

Gestão Ambiental

A tabela 6 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Gestão Ambiental entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 6: Execução Orçamentária na função Gestão Ambiental 2011 a 2014

| Gestão Ambiental | Valores | % |
|-------------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 235.346,61 | 0,05% |
| 2012 | R\$ 421.489,29 | 0,07% |
| 2013 | R\$ 286.162,57 | 0,05% |
| 2014 | R\$ 22.908.507,67 | 3,25% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 6 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 6: Valor em percentuais das despesas com Gestão Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 6 mostra que os gastos com gestão ambiental foram um dos que variaram de forma mais significativa no período de 2011 a 2014, principalmente no último ano analisado em que os gastos foram cerca de 80 vezes maior do que em 2013.

Entre 2011 e 2013 o orçamento destinado à gestão ambiental foi seguidamente o segundo menor, representando no máximo 0,7% do total do

orçamento como no ano de 2012. Dos dois últimos anos da gestão do PMDB para o primeiro do PSDB pouco mudou, um pequeno aumento em 2012 para uma queda em 2013 já sob administração de Romero Rodrigues.

Em 2014 a importância orçamentária dada a gestão ambiental aumentou significativamente passando de R\$ 286.162,57 em 2013 para R\$ 22.908.507,67 em 2014 o que significou um robusto aumento que tirou os gastos com gestão ambiental da penúltima (18ª) para a 6ª posição, figurando entre os maiores orçamentos da prefeitura. Em 2013 foi comprometido 0,05% do orçamento no setor em comparação com os 3,25% do ano seguinte. Os documentos disponibilizados para a pesquisa não possibilitam decifrar o motivo de um aumento tão significativo no ano de 2014.

Encargos Especiais

A tabela 7 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Encargos Especiais entre os anos de 2011 a 2014:

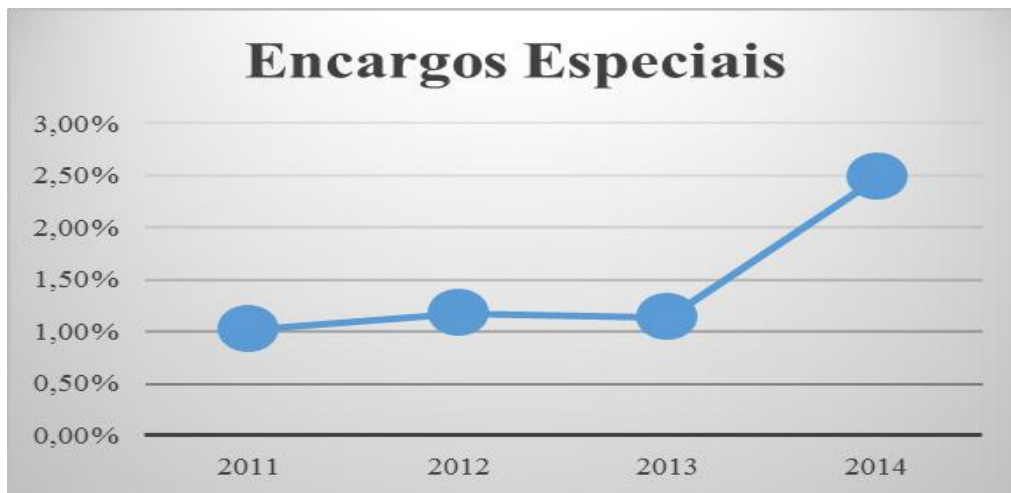
Tabela 7: Execução Orçamentária na função Encargos Especiais 2011 a 2014

| Encargos Especiais | Valores | % |
|---------------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 5.209.542,13 | 1,02% |
| 2012 | R\$ 6.969.722,13 | 1,17% |
| 2013 | R\$ 7.206.752,79 | 1,13% |
| 2014 | R\$ 17.488.062,49 | 2,48% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 7 representa os valores em porcentagem descrito na tabela acima.

Gráfico 7: Valor em percentuais das despesas com Encargos Especiais



Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar nos gráfico 7 os gastos com Encargos Especiais sofreram seguidos aumentos nos anos analisados, entretanto houve uma pequena queda proporcional no ano de 2013 em comparação ao ano anterior.

Em 2011 foram aplicados R\$ 5.209.542,13 na área, no ano seguinte houve um aumento, chegando a R\$ 6.969.722,13 em 2012 correspondendo a um total de 1,17%.

No primeiro ano de Romero houve novo aumento, entretanto ocorreu uma diminuição na proporção do orçamento da prefeitura ficando em 2013 os encargos especiais responsáveis por 1,13% do orçamento. O aumento mais significativo no setor ocorreu em 2014 quando foram aplicados R\$ 17.488.062,49, bem mais que o dobro que no ano anterior, neste ano a área foi responsável por 2,48% do total gasto pela prefeitura. O real motivo de um aumento tão significativo no setor, não pode ser decifrado através dos documentos cedidos para a pesquisa.

Legislativo

A tabela 8 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Legislativo entre os anos de 2011 a 2014:

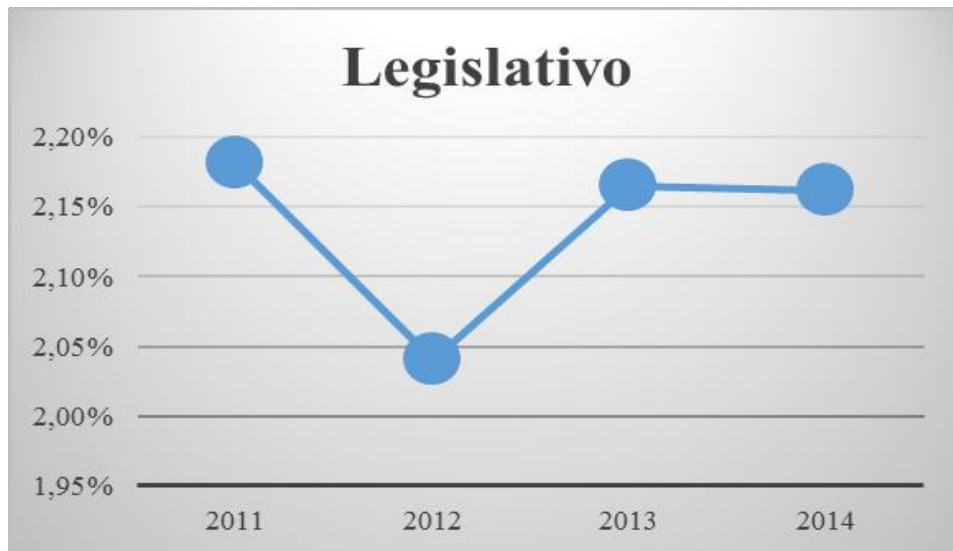
Tabela 8: Execução Orçamentária na função Legislativo 2011 a 2014

| Legislativo | Valores | % |
|--------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 11.150.874,59 | 2,18% |
| 2012 | R\$ 12.119.458,76 | 2,04% |
| 2013 | R\$ 13.749.656,94 | 2,16% |
| 2014 | R\$ 15.224.219,00 | 2,16% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 8 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 8: Valor em percentuais das despesas com o Legislativo



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o gráfico 8 os gastos com legislativo pouco foi alterado de um prefeito para outro nos anos analisados, sempre aumentando levemente de um ano pra outro, entretanto proporcional ao orçamento o ano de 2011 foi o maior com 2,18% do orçamento destinado ao setor.

Após 2011 com um total de R\$ 11.150.874,59 aplicados houve um pequeno aumento para R\$ 12.119.458,76 no ano seguinte, entretanto este valor teve queda em termos proporcionais, chegando a 2,04%.

No ano de 2013 já sob a gestão de Romero Rodrigues houve novo aumento em termos relativos, equivalentes a 11,85% em relação a 2012 o que correspondeu

a R\$ 13.749.656,94 que representou 2,16% do orçamento da prefeitura para o ano. Em 2014 o investimento foi de R\$ 15.224.219,00 que significou novamente 2,16% do orçamento.

Comércio e Serviços

A tabela 9 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Comércio e Serviços entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 9: Execução Orçamentária na função Comércio e Serviços 2011 a 2014

| Comércio e Serviços | Valores | % |
|----------------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 10.780.836,24 | 2,11% |
| 2012 | R\$ 9.270.318,82 | 1,56% |
| 2013 | R\$ 11.198.152,44 | 1,76% |
| 2014 | R\$ 14.243.729,42 | 2,02% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 9 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 9: Valores em percentuais das despesas com Comércio e Serviços



Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos observa pelo Gráfico 9 que depois de uma queda tanto em valores absolutos como em valores proporcionais em 2012 comparado a 2011 os gastos no setor tiveram aumentos nos dois anos seguintes, entretanto em se tratando de

porcentagem os recursos destinados a este setor não alcançaram mais os 2,11% do orçamento como ocorreu em 2011.

Após ser investido R\$ 10.780.836,24 em 2011, ocorreu uma queda de 14,01% dos recursos alocados no setor em termos relativos em 2012, que corresponderam a 1,56% em valores percentuais no orçamento daquele ano.

Nos dois primeiros anos do prefeito Romero Rodrigues do (PSDB) houve seguidos aumentos chegando a investir em 2014 um total de R\$ 14.243.729,42, que totalizou 2,02% do orçamento da prefeitura no ano.

Assistência Social

A tabela 10 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Assistência Social entre os anos de 2011 a 2014:

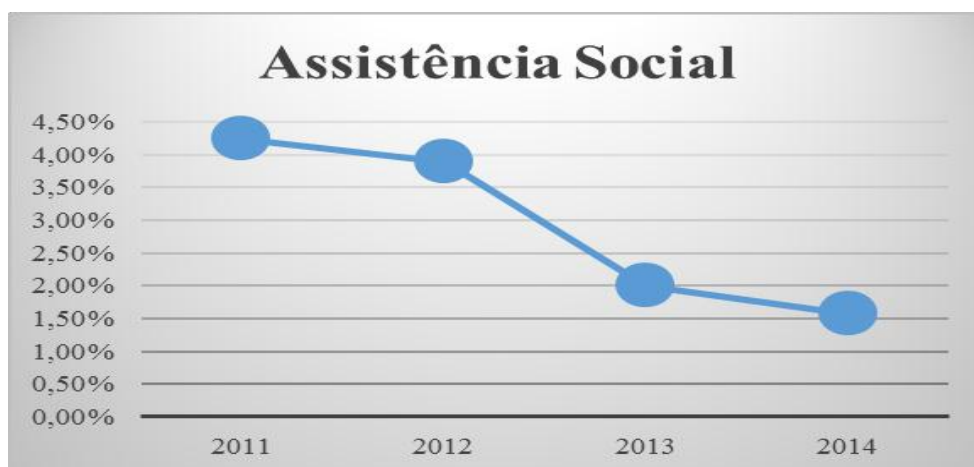
Tabela 10: Execução Orçamentária na função Assistência Social 2011 a 2014

| Assistência Social | Valores | % |
|---------------------------|-------------------|----------|
| 2011 | R\$ 21.606.231,46 | 4,23% |
| 2012 | R\$ 23.006.206,06 | 3,87% |
| 2013 | R\$ 12.599.982,72 | 1,98% |
| 2014 | R\$ 11.043.822,23 | 1,57% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 10 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 10: Valores em percentuais das despesas com Assistência Social



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 10 mostra que os gastos em assistência social tiveram seguidas quedas tanto em valores absolutos como em valores proporcionais que caíram de do orçamento destinada a esse setor saiu de 4,23% em 2011 para 1,57% em 2014.

De 2011 para 2012 sob a gestão de Veneziano Vital do (PMDB) houve um aumento no total gasto de R\$ 21.606.231,46 para R\$ 23.006.206,06, entretanto a proporção com relação ao total dos recursos aplicados pela prefeitura sofreu uma queda de 4,23% em 2011 para 3,87% no ano seguinte.

No primeiro ano de Romero Rodrigues do (PSDB) a queda foi de quase 50% atingindo o patamar de 12.599.982,72, que representou 1,98% do orçamento. Em 2014 seguiu-se de nova queda fazendo com que o gasto em assistência social representasse 1,57% do total.

Essas seguidas quedas tiraram a posição de 6º setor com mais recursos destinados da assistência social em 2011 e 2012 para 10º em 2014.

Agricultura

A tabela 11 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Agricultura entre os anos de 2011 a 2014:

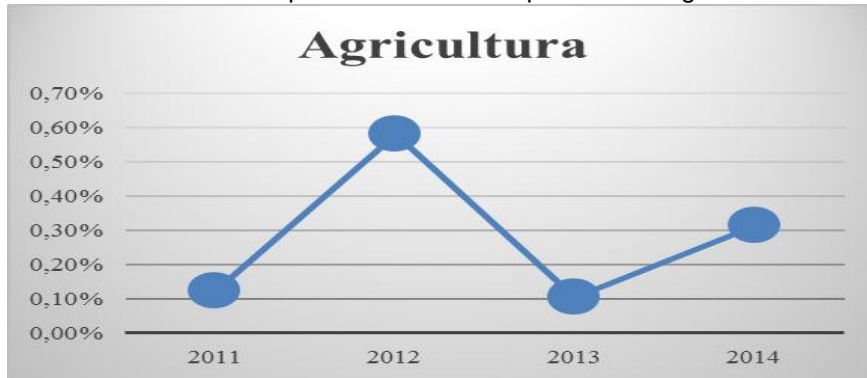
Tabela 11: Execução Orçamentária na função Agricultura 2011 a 2014

| Agricultura | Valores | % |
|--------------------|------------------|----------|
| 2011 | R\$ 623.402,41 | 0,12% |
| 2012 | R\$ 3.450.072,06 | 0,58% |
| 2013 | R\$ 656.217,85 | 0,10% |
| 2014 | R\$ 2.205.283,67 | 0,31% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 11 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 11: Valores em percentuais das despesas com Agricultura



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 11 os dispêndios com agricultura foram significativamente oscilantes nos anos analisados, depois de queda de 2011 para o ano seguinte houve novo aumento em 2013 seguido de uma nova queda em 2014.

Em 2011 o gasto total foi de R\$ 623.402,41 significando uma pequena parcela de 0,12% do orçamento. Em 2012 esse valor mais que quintuplicou chegando ao total de R\$ 3.450.072,06 (0,58% do orçamento).

No primeiro ano da administração de Romero Rodrigues houve queda em relação a 2012, voltando os gastos praticamente ao mesmo patamar de 2011 representando um gasto que comprometeu 0,10% do orçamento, mesmo o total destinado à agricultura em 2013 sendo maior que em 2011, totalizando R\$ 656.217,85, a porcentagem do orçamento comprometida em 2013 foi menor que aquele ano.

Desporto e Lazer

A tabela 12 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Desporto e Lazer entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 12: Execução Orçamentária na função Desporto e Lazer 2011 a 2014

| Desporto e Lazer | Valores | % |
|-------------------------|------------------|----------|
| 2011 | R\$ 537.057,79 | 0,11% |
| 2012 | R\$ 780.708,54 | 0,13% |
| 2013 | R\$ 939.001,71 | 0,15% |
| 2014 | R\$ 1.666.597,47 | 0,24% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 12 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 12: Valores em percentuais das despesas com Desporto e Lazer



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando-se o gráfico 12 podemos ver que os gastos com desportos e lazer tiveram ascensão contínua no período analisado, tendo aumento mais significativo no ano de 2014 quando quase dobrou em comparação ao ano anterior.

Nos três primeiros anos analisados aconteceram mudança pouco significativas no montante aplicado em desporto e lazer. Em 2011 foi destinado ao setor um total de R\$ 537.057,79 o que significaram 0,11% do total do orçamento anual. Em 2012 foram gastos R\$ 780.708,54 correspondentes a cerca de 0,13% do orçamento. No ano de 2013 o total gasto continuou sua trajetória ascendente, tanto em valores absolutos como em valores proporcionais.

No ano de 2014 aconteceram as maiores altas em valores absolutos e proporcionais, chegando o valor gasto a quase dobrar em relação ao ano anterior, e os valores proporcionais mais que dobrarem em relação a 2011.

Habitação

A tabela 13 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Habitação entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 13: Execução Orçamentária na função Habitação 2011 a 2014

| Habitação | Valores | % |
|------------------|------------------|----------|
| 2011 | R\$ 2.079.666,54 | 0,41% |
| 2012 | R\$ 4.236.167,12 | 0,71% |
| 2013 | R\$ 1.051.822,26 | 0,17% |
| 2014 | R\$ 949.998,21 | 0,13% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 13 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 13: Valor em percentual das despesas com Habitação



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme os dados do gráfico 13 os gastos com habitação sofreram significativas mudanças ao longo dos quatro anos analisados, depois de um aumento significativo em 2012 os gastos se reduziram mais de quatro vezes em 2014 comparado com aquele ano. Em 2012 representou 0,71% do orçamento período e em seu menor patamar representou 0,13% no ano de 2014

Em 2011 os gastos em habitação representou 0,41% do orçamento que equivaleu a R\$ 2.079.666,54, no ano seguinte esses gastos mais que dobraram chegando ao total de R\$ 4.236.167,12.

Na gestão de Romero Rodrigues os recursos para o setor foram sofrendo seguidas e maciças quedas representando em 2013 e 2014, respectivamente, R\$ 1.051.822,26 e R\$ 949.998,21.

Comparando as médias do biênio de Veneziano com o respectivo período de Romero, percebemos que a gestão deste gastou em habitação cerca de 31,69% dos dispêndios do primeiro que gastou em média R\$ 3.157.916,83 anualmente.

Trabalho

A tabela 14 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Trabalho entre os anos de 2011 a 2014:

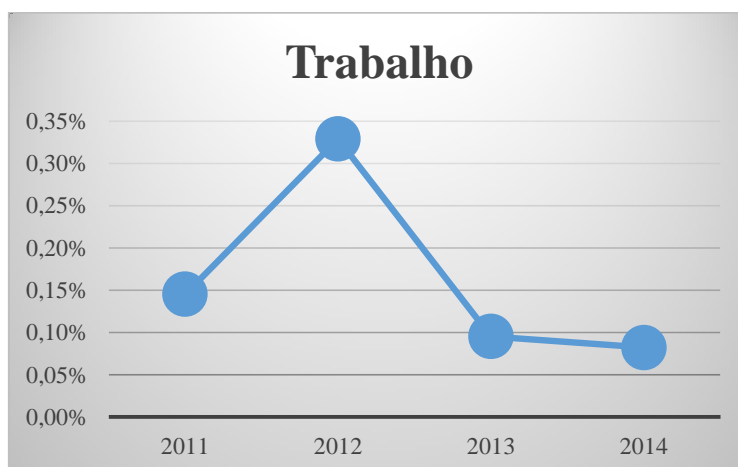
Tabela 14: Execução Orçamentária na função Trabalho 2011 a 2014

| Trabalho | Valores | % |
|-----------------|------------------|----------|
| 2011 | R\$ 742.653,16 | 0,15% |
| 2012 | R\$ 1.953.500,09 | 0,33% |
| 2013 | R\$ 604.511,12 | 0,10% |
| 2014 | R\$ 578.494,34 | 0,08% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 14 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 14: Valor em percentual das despesas com Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

Como mostra o gráfico 14 os recursos destinados ao setor Trabalho sofreram significativas quedas nos dois primeiros anos da gestão de Romero Rodrigues, depois de chegar a um auge de R\$ 1.953.500,09 em 2012 as divisas destinadas ao setor foram diminuindo consideravelmente nos anos seguintes.

De 2011 para 2012 o valor destinado ao setor mais do que dobrou, em 2011 os gastos com trabalho correspondiam a 0,15% do orçamento em, comparação aos 0,33% de 2012

Na gestão de Romero a queda foi tão significativa que os R\$ 604.511,12 investidos no setor em 2013 não chega a um terço do que foi gasto no ano anterior. Em 2014 nova queda chegando a R\$ 578.494,34 que correspondeu a 0,08% do orçamento.

Direitos da Cidadania

A tabela 15 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Direitos da Cidadania entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 15: Execução Orçamentária na função Direito da Cidadania 2011 a 2014

| Direitos da Cidadania | Valores | % |
|------------------------------|----------------|----------|
| 2011 | R\$ 381.867,36 | 0,07% |
| 2012 | R\$ 432.551,10 | 0,07% |
| 2013 | R\$ 513.277,92 | 0,08% |
| 2014 | R\$ 377.606,73 | 0,05% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 15 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 15: Valor em percentual das despesas com Direitos da Cidadania



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 15 os gastos com direitos da cidadania são um dos menores da prefeitura, variando Entre, no máximo 0,08% do orçamento e no mínimo 0,05% como no ano de 2014.

Nos dois últimos anos de Veneziano Vital do Rego, aumentou-se cerca de R\$ 50.000,00 de 2011 para o ano seguinte, chegando a R\$ 432.551,10 em 2012. Entretanto essa elevação acompanhou o aumento do total gasto pela prefeitura, correspondendo o valor de 2012 ao mesmo 0,07% que correspondeu o valor de 2011. Em 2013 houve um aumento de recursos mais significativo chegando a R\$ 513.277,92 o que correspondeu a 0,08% do orçamento. Porém em 2014 houve uma queda de 26,43% chegando ao total de R\$ 377.606,73 destinados pela prefeitura aos direitos da cidadania.

Cultura

A tabela 16 apresenta os valores em real e em percentagem investidos na função Cultura entre os anos de 2011 a 2014

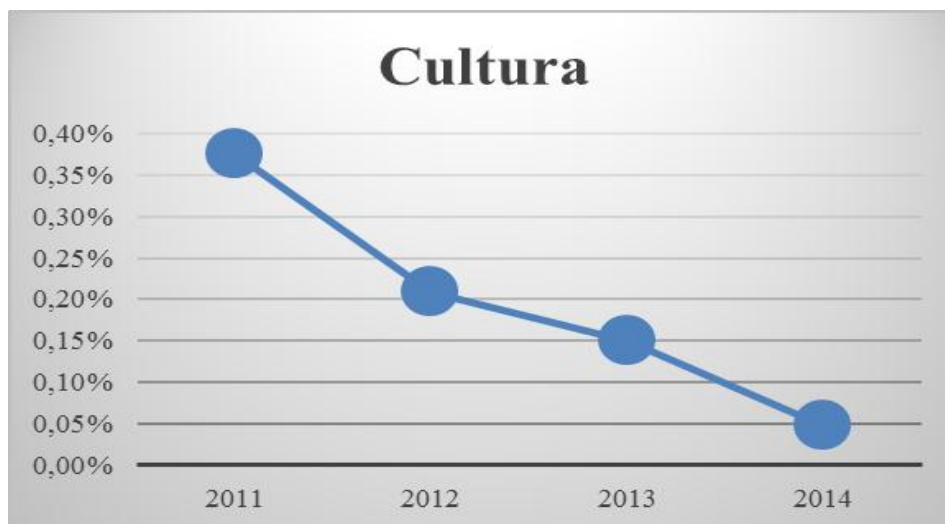
Tabela 16: Execução Orçamentária na função Cultura 2011 a 2014

| Cultura | Valores | % |
|---------|------------------|-------|
| 2011 | R\$ 1.912.596,18 | 0,37% |
| 2012 | R\$ 1.232.963,60 | 0,21% |
| 2013 | R\$ 948.805,10 | 0,15% |
| 2014 | R\$ 329.123,78 | 0,05% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 16 representa os valores em percentagem descritos na tabela acima.

Gráfico 16: Valor em percentual das despesas com Cultura



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 16 nos mostra que o gasto em cultura é um dos menos representativos da prefeitura nos anos analisados, o seu maior valor percentual foi o total de 0,37% do orçamento no ano de 2011 e chegou a representar 0,05% do total no ano de 2014.

No intervalo de 2011 a 2014 as divisas destinadas à cultura sofreram continua e significativa queda, entretanto nos anos analisados da administração de Romero (2013 e 2014) as quedas foram mais vertiginosas.

Enquanto a queda foi de 35,53% de 2011 para 2012, sob administração de Veneziano Vital do Rego, no mandato de Romero a queda de 2013 para 2014 foi de 65,31%.

Para se ter uma ideia do significativo declínio, em 2011 foi destinado um total de R\$ 1.912.596,18 e depois de seguidas quedas (R\$ 1.232.963,60 em 2012 e R\$ 948.805,10 em 2013) o total destinado à cultura chegou a R\$ 329.123,78 em 2014, ou seja um orçamento quase seis vezes menor.

Judiciário

A tabela 17 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Ciência e Tecnologia entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 17: Execução Orçamentária na função Judiciário 2011 a 2014

| Judiciário | Valores | % |
|------------|------------------|-------|
| 2011 | R\$ 3.609.907,09 | 0,71% |
| 2012 | R\$ 4.346.962,13 | 0,73% |
| 2013 | R\$ 5.010.873,51 | 0,79% |
| 2014 | R\$ 69.424,67 | 0,01% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 17 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 17: Valor em percentual das despesas com o Judiciário



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 17 o orçamento do judiciário apresentou seguidos aumentos entre 2011 e 2013, chegando a representar 0,79% neste último ano. Entretanto em 2014 sofreu uma queda bastante expressiva reduzindo sua participação no orçamento a 0,01% do total.

Depois de discretos aumentos no biênio analisado de Veneziano, no primeiro ano de Romero houve novo aumento chegando a R\$ 5.010.873,51, comparado aos R\$ 4.346.962,13 de 2012 e R\$ 3.609.907,09 de 2011.

No ano de 2014 houve uma queda vertiginosa, quebrando a trajetória ascendente dos gastos na área, chegando ao total de R\$ 69.424,67, que representou 0,01% do orçamento, um número mais de setenta vezes menos que o ano anterior.

Ciência e Tecnologia

A tabela 18 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na função Ciência e Tecnologia entre os anos de 2011 a 2014:

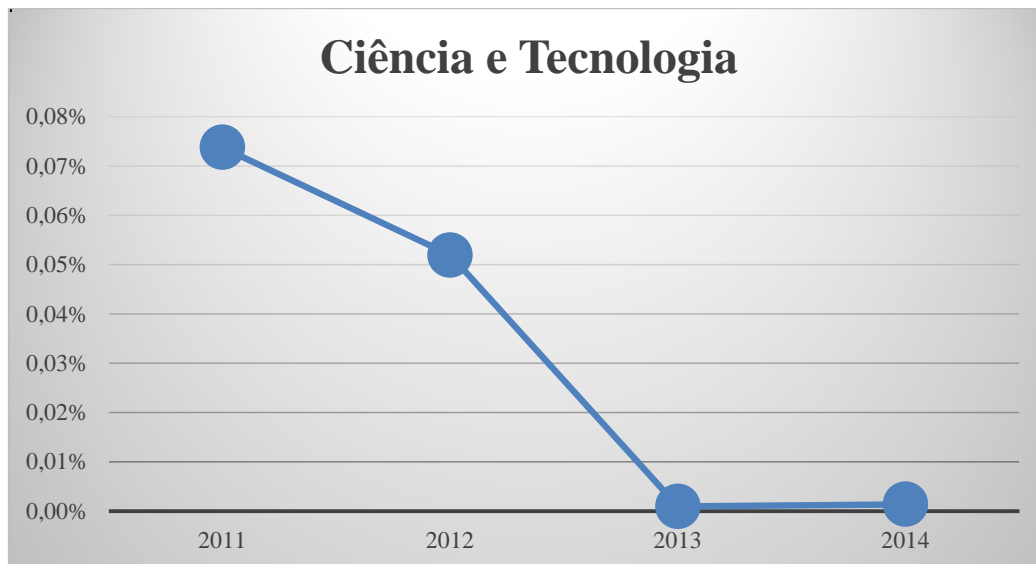
Tabela 18: Execução Orçamentária na função Ciência e Tecnologia 2011 a 2014

| Ciência e Tecnologia | Valores | % |
|-----------------------------|----------------|----------|
| 2011 | R\$ 377.290,26 | 0,07% |
| 2012 | R\$ 308.507,78 | 0,05% |
| 2013 | R\$ 6.054,03 | 0,00% |
| 2014 | R\$ 9.761,65 | 0,00% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 18 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 18: Valores em percentuais das despesas com Ciência e Tecnologia



Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos observar pelo gráfico 18 que o orçamento destinado à ciência e tecnologia figura entre os menores orçamentos da prefeitura, sendo o menor nos anos de 2012 e 2013.

Percebe-se uma vertiginosa queda no dinheiro destinado ao setor da gestão de Veneziano (PMDB) para a de Romero (PSDB), enquanto no mandato no primeiro foi investido em ciência e tecnologia R\$ 377.290,26 em 2011 e R\$ 308.507,78 em 2012 na gestão de Romero esse valor diminuiu consideravelmente ao patamar de R\$ 6.054,03 em 2013 e seguiu-se de pequeno aumento no seguinte chegando a R\$ 6.054,03

Fazendo uma media dos dois anos de Veneziano no cargo de prefeito, comparando ao biênio analisado do prefeito Romero conclui-se a gestão do PSDB destinou ao setor cerca de 2,3% do total que foi destinado nos biênio 2011/2012.

Segurança Pública

A tabela 19 apresenta os valores em real e em porcentagem investidos na área da Segurança Pública entre os anos de 2011 a 2014:

Tabela 19: Execução Orçamentária na função Segurança Pública 2011 a 2014

| Segurança Pública | Valores | % |
|--------------------------|------------------|----------|
| 2011 | R\$ 200.844,72 | 0,04% |
| 2012 | R\$ 900.816,76 | 0,15% |
| 2013 | R\$ 1.426.467,92 | 0,22% |
| 2014 | R\$ 245,86 | 0,00% |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 19 representa os valores em porcentagem descritos na tabela acima:

Gráfico 19: Valores em percentuais das despesas com Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 19 demonstra que os gastos em segurança pública sofreram seguintes aumentos de 2011 até 2013, seguido de uma queda abrupta no ano de 2014 em que foram aplicados insignificantes R\$ 245,86.

Em 2011 o gasto com segurança foi bastante reduzido correspondendo a 0,04%, no ano seguinte a proporção chegou a 0,15% que significou um total de R\$ 900.816,76, mais que quatro vezes maior que 2011.

No primeiro ano de Romero Rodrigues houve novo aumento, chegando a um total de R\$ 1.426.467,92, que correspondeu a 0,22% do orçamento, entretanto em 2014 houve uma absurda queda de 99,98% no orçamento para segurança pública, sendo aplicado pífios R\$ 245,86.

4.3 – Síntese das funções orçamentárias

Os setores com maiores orçamentos foram os de saúde, educação e gastos com administração, em 2014 os três setores corresponderam a 73,21% do orçamento do ano. Os gastos com saúde foram os mais representativos nos quatro anos analisados chegando ao seu valor máximo em 2013 quando foi destinado R\$ 244.310.789,36 ao setor. Dentre os orçamentos menos representativos podemos citar os de segurança pública, gestão ambiental e ciência e tecnologia, com exceção dos gastos em gestão ambiental no ano de 2014 que representaram 3,25% com um montante de R\$ 286.162,57 os três setores citados não representaram mais que 0,22% (segurança pública em 2013 que representou R\$ 1.426.467,92) cada do orçamento no período analisado, sendo o menor de todos os recursos aplicados em segurança pública no ano de 2014 que foi equivalente a R\$ 245,86 .

As variações de orçamento de cada setor em geral foram pouco significativas, com exceção dos gastos em segurança pública que sofreram uma redução na ordem maior de que 90% de 2013 para o ano seguinte.

Nota-se que as prioridades não mudaram de uma gestão para outra, o que ocorreu foi apenas pequenas variações nos setores sem comprometer as áreas prioritárias de investimento, no caso saúde e educação além dos significativos gastos com a administração municipal.

Tabela 20 - Execução orçamentária em todos os setores 2011 a 2014

| Área | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Saúde | R\$ 186.970.526,42 | R\$ 232.783.906,82 | R\$ 244.310.789,36 | R\$ 221.092.603,38 |
| Educação | R\$ 95.083.556,47 | R\$ 107.281.532,85 | R\$ 120.608.302,49 | R\$ 137.445.555,09 |
| Administração | R\$ 81.533.643,10 | R\$ 81.718.073,15 | R\$ 93.029.827,64 | R\$ 157.159.787,94 |
| Urbanismo | R\$ 52.584.711,73 | R\$ 58.859.692,71 | R\$ 71.299.545,08 | R\$ 44.113.335,41 |
| Previdência Social | R\$ 35.575.380,67 | R\$ 43.948.119,43 | R\$ 49.719.466,89 | R\$ 57.403.118,46 |
| Assistência Social | R\$ 21.606.231,46 | R\$ 23.006.206,06 | R\$ 12.599.982,72 | R\$ 11.043.822,23 |
| Legislativo | R\$ 11.150.874,59 | R\$ 12.119.458,76 | R\$ 13.749.656,94 | R\$ 15.224.219,00 |
| Comércio e Serviços | R\$ 10.780.836,24 | R\$ 9.270.318,82 | R\$ 11.198.152,44 | R\$ 14.243.729,42 |
| Encargos Especiais | R\$ 5.209.542,13 | R\$ 6.969.722,13 | R\$ 7.206.752,79 | R\$ 17.488.062,49 |
| Judiciário | R\$ 3.609.907,09 | R\$ 4.346.962,13 | R\$ 5.010.873,51 | R\$ 69.424,67 |
| Habitação | R\$ 2.079.666,54 | R\$ 4.236.167,12 | R\$ 1.051.822,26 | R\$ 949.998,21 |
| Cultura | R\$ 1.912.596,18 | R\$ 1.232.963,60 | R\$ 948.805,10 | R\$ 329.123,78 |
| Trabalho | R\$ 742.653,16 | R\$ 1.953.500,09 | R\$ 604.511,12 | R\$ 578.494,34 |
| Agricultura | R\$ 623.402,41 | R\$ 3.450.072,06 | R\$ 656.217,85 | R\$ 2.205.283,67 |
| Desporto e Lazer | R\$ 537.057,79 | R\$ 780.708,54 | R\$ 939.001,71 | R\$ 1.666.597,47 |
| Direitos da Cidadania | R\$ 381.867,36 | R\$ 432.551,10 | R\$ 513.277,92 | R\$ 377.606,73 |
| Ciência e Tecnologia | R\$ 377.290,26 | R\$ 308.507,78 | R\$ 6.054,03 | R\$ 9.761,65 |
| Gestão Ambiental | R\$ 235.346,61 | R\$ 421.489,29 | R\$ 286.162,57 | R\$ 22.908.507,67 |
| Segurança Pública | R\$ 200.844,72 | R\$ 900.816,76 | R\$ 1.426.467,92 | R\$ 245,86 |
| Total | R\$ 511.195.934,93 | R\$ 594.020.769,20 | R\$ 635.165.670,34 | R\$ 704.309.277,47 |

Fonte: Elaborado pelo autor

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar como se apresenta a variação orçamentária da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período entre os anos de 2011 a 2014 considerando a troca de governo no ano de 2013, passando a gestão do partido da situação (PMDB) para o partido da oposição (PSDB). Esse fato é de fundamental importância visto que é notório que a chegada de um novo governo traz consigo uma nova e diferente visão de como as coisas devem funcionar e onde devem ser investidos os recursos arrecadados.

É importante destacar que o planejamento das ações devem sempre priorizar as necessidades básicas da população, com o objetivo de oferecer uma melhor qualidade de vida aos contribuintes que pagam seus impostos e esperam vê-los revertidos em atendimentos e serviços públicos eficientes e de qualidade.

As demonstrações contábeis, disponibilizadas pelos entes governamentais através do Portal da Transparência e do diário oficial de cada município são ferramentas importantes que ajudam a promover a análise financeira e orçamentária de suas ações.

As despesas correntes, relativas à gestão municipal, são consideradas como dispêndios responsáveis pela manutenção da máquina pública. Atualmente, esses dispêndios abrangem uma parcela importante dos gastos realizados pelo município, e por esse motivo, observa-se um esforço por parte das normatizações em limitar o montante das despesas de caráter contínuo e influenciar aos gestores a reduzirem a quantidade de recursos despendidos para esses fins, buscando reorientar esses gastos para investimentos que reflitam positivamente no patrimônio público com vistas a promover o desenvolvimento das cidades.

Nesse contexto, os documentos elaborados pelos gestores a exemplo do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), são peças fundamentais para o devido uso e controle do dinheiro público.

A pesquisa desenvolvida visou realizar uma análise sobre alguns aspectos relativos às despesas correntes aferidas no município, foram averiguados os gastos de natureza contínua, de acordo com as limitações constantes na LRF e na LOA, já que estas leis determinam algumas restrições para a distribuição dos gastos dos

governos municipais. Foi verificado que, pelo menos no tocante ao tratamento dos dados contábeis disponibilizados e a execução do orçamento, os gestores responsáveis observaram os ditames legais, reconhecidamente previstos.

Observou-se que a evolução dos gastos anuais da Prefeitura Municipal de Campina Grande não variaram muito na alternância do poder, com exceção de alguns setores como Judiciário (queda em 2014), Ciência e Tecnologia e cultura que sofreram significativas perdas orçamentárias na gestão de Romero Rodrigues. Em compensação alguns setores foram mais beneficiados por este em comparação à gestão de Veneziano Vital do Rego, como por exemplo os setores de desporto e lazer, comércio e serviços e previdência social. Os gastos com administração também sofreram significativos aumentos na gestão do PSDB.

Entretanto percebe-se que a estrutura de gastos e os setores que são mais ou menos beneficiados não mudaram substancialmente de uma administração pra outra, mantendo-se uma estrutura de setores prioritários mais ou menos fixas, ocorrendo pouca alternância nas posições de maiores e menores orçamentos.

6. – Referências Bibliográficas

- AMATO, Pedro Muñoz, **Introdução à administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das Finanças**. 16. ed .rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BRASIL, **Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.
- COSTA, Frederico Lustosa da .**Condicionantes da reforma do Estado no Brasil** Rio de Janeiro: FGV, 2007
- FEIJÓ, P.H. **Administração Financeira e Orçamentária & Noções de Finanças Públicas**. Atualização? Agosto2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2009.
- KOAHMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José, **Curso de administração pública: Foco nas Instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATIAS-PEREIRA, José, **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.
- PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.; ROSA, M. B. **Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública**. 5. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 1997.
- SALDANHA, Clézio, **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- . **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**.In: MARTINS, Paulo Emílio Matos, PIERANT, Octavio Penna (Orgs)..
- SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

